

RÁDIOS COMUNITÁRIAS NA WEB: A REFORMA AGRÁRIA ONLINE NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NA AMAZÔNIA MARANHENSE

Jefferson de Sousa MORAES ¹

Larissa Pereira SANTOS ²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal compreender de que forma uma rádio comunitária em ambiente digital pode contribuir para a construção da cidadania na Amazônia maranhense. Como *corpus* utilizamos o programete “Repórter de Quebrada”, feito exclusivamente para a plataforma *Instagram*, que é parte do programa “Bacanga é Resistência”, pertencente à Rádio Comunitária Bacanga FM, instalada na capital São Luís, no estado do Maranhão. Buscamos as considerações teóricas de MACHADO; MAGRI e MASAGRÃO (1997), com o debate sobre a reforma agrária no ar; PERUZZO (1998, 2005, 2013), BASPINEIRO (2014), FREIRE (1981, 1987), MOUFFE (2003), com as discussões sobre comunicação e cidadania, dentre outros. A metodologia utilizada é a análise bibliográfica e de conteúdo, seguida da análise crítica da situação. Os resultados apontam que a Rádio Comunitária Bacanga FM vive um novo momento em sua história que possibilita a ampliação de suas vozes em ambiente digital e contribui diretamente para a construção da cidadania dentro e fora da sua região.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; comunicação comunitária; Maranhão; rádios comunitárias; tecnologias.

¹ Jornalista. Mestre em Jornalismo. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM/UFPa). Bolsista Capes. email: jeffjornal@gmail.com.

² Jornalista. Mestra e Doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará (UFPa). E-mail: lariiperoxo@gmail.com

A REVOLUÇÃO COMEÇA AQUI

O início da história das Rádios Comunitárias, datada na década de 1980, mostra que essas emissoras foram sufocadas e duramente reprimidas por aqueles que insistiam em calar diversas vozes. Vozes essas que denunciavam a falta de políticas públicas que fomentassem a cidadania, no auge da ditadura militar, onde brasileiros e brasileiras viviam mergulhados em um caos político e econômico. Uma história regada de lutas e conquistas que até os dias presentes precisam ser reivindicadas.

O Brasil conta com cerca de cinco mil Rádios Comunitárias (RadComs), de acordo com o Ministério das Comunicações. Elas prestam um papel importante à sociedade e em muitos municípios se configuram como único meio de comunicação. A premissa dessas RadComs é questionar o *status quo* e cobrar a implementação de uma sociedade justa e igualitária. Foi dessa ideia que surgiu a Lei nº 9.612, de fevereiro de 1998, que regulamenta o que é uma Rádio Comunitária. Porém, a lei tem seus percalços, como um alcance limitado de 25 watts de potência, além das limitações econômicas que estrangulam essas emissoras presentes tanto em ambientes urbanos quanto rurais. Recentemente, em janeiro de 2024, o governo do presidente Lula concedeu às rádios comunitárias uma liminar para permitir o acesso à captação de verbas da publicidade governamental, uma luta de décadas que se torna realidade. Com esse acesso, as emissoras poderão captar verbas da federação para sua sustentação.

Antes dessa liminar, como versa a lei, as emissoras comunitárias não podiam obter patrocínios financeiros, ficando apenas com o chamado ‘apoio financeiro’, termo vago e que dificultava financeiramente as radcoms. Outro ponto de questionamento é a formação em rede, proibindo as emissoras comunitárias de trocar informações entre si e de realizar grandes projetos em conjunto. Essa parte da lei foi burlada durante a pandemia da Covid-19 onde diversas emissoras se juntaram em cadeia para transmitir informações sobre a proteção contra o vírus em suas plataformas digitais.

Essa virada tecnológica que começa a partir dos anos 1990 e se consolida após a pandemia do coronavírus, insere as tecnologias emergentes da informação e da comunicação no dia a dia das emissoras comunitárias que estão cada vez mais presente em ambiente digital. Esse ambiente, caótico e ainda por parte incompreensível, vem servindo de ponte entre as/os comunicadoras/es populares e os ouvintes internautas. As emissoras por sua vez se desdobram

como podem para acompanhar as tendências tecnológicas.

Nesse horizonte, o trabalho a seguir questiona como o acesso ao mundo digital, por meio das rádios comunitárias, pode contribuir para a construção da cidadania na Amazônia maranhense. Buscando responder esse questionamento, olhamos para a Rádio Comunitária Bacanga FM, instalada na capital São Luís, no estado do Maranhão, com o programete³ “Repórter de Quebrada”, produzido pelo programa Bacanga é Resistência.

Partimos do pressuposto de que a Rádio Bacanga FM é um importante canal de comunicação comunitária que contribui diretamente para que o seu público questione a sociedade, busque por direitos e reflitam sobre suas atuações políticas, por estar posicionada no eixo Itaqui-Bacanga, uma área de conflito entre interesse público e privado, onde se compreende uma luta histórica por direitos negados.

PERCURSO METODOLÓGICO

Neste artigo utilizamos uma abordagem qualitativo-descritiva. Tomamos como objeto de investigação parte da grade oficial da Rádio Comunitária Bacanga FM, com o programete “Repórter de Quebrada”, pertencente ao programa Bacanga é Resistência, parte da grade oficial de programas da emissora. O material foi coletado da *fanpage* do *Instagram*⁴ do “Bacanga é Resistência”. O programete “Repórter de Quebrada” foi feito exclusivamente para a plataforma *Instagram* na cobertura de atos contra cortes na educação durante o governo Bolsonaro, em 2019.

Em um primeiro momento utilizamos pesquisa bibliográfica para basear o presente estudo com os conceitos comunicação comunitária, cidadania e Rádios Comunitárias. Contamos, assim, com as contribuições de autores como Machado; Magri e Masagrão (1997), Peruzzo (1998, 2005, 2013), Baspineiro (2014), Freire (1981, 1987), Mouffe (2003), dentre outros, importantes para garantirem o debate comunicacional que alimenta as discussões tratadas aqui.

Em um segundo momento, realizamos análise de conteúdo (Bardin 2011), como um trabalho propício para lidar com pesquisas em comunicação, seus sentidos e características, caminho fundamental para que possamos compreender de que forma a Rádio Comunitária Bacanga FM, em ambiente virtual, contribui para a construção da cidadania. Assim,

³ Programetes são quadros de programação diários no rádio, geralmente com inserções de 1 a 2 minutos na programação oficial.

⁴ <https://instagram.com/bacangaresistencia>

coletamos 32 *stories* da plataforma *Instagram*, cada um com 60 segundos, onde observamos as produções inseridas, como *video-selfie* do repórter, entrevistas com representantes dos movimentos estudantis, além dos *affordances*⁵ que deram suportes para a cobertura.

Como complemento à Análise de Conteúdo construímos uma análise crítica dos dados, levando em consideração os aportes bibliográficos citados acima e problematizando os conceitos implícitos nas práticas da Rádio Comunitária Bacanga FM. Antes, é importante pontuar as relações e entendimentos que destacamos sobre comunicação e cidadania e comunicação comunitária.

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE COMUNICAÇÃO E CIDADANIA

Utilizando as contribuições teóricas de Beltrán (1995), Baspineiro (2014) a comunicação, quando articulada para o desenvolvimento, passa a ser usada em diversos ambientes, mesmo os que não são compreendidos como especificamente comunicacionais. Partindo desse ponto de vista, construímos as discussões sobre comunicação e cidadania e comunicação comunitária, entendendo-as como processos e não como fatos fechados e técnicos.

Así se entiende por la siguiente afirmación: “al expandir y equilibrar el acceso y la participación de la gente en el proceso de comunicación, tanto a nivel de los medios masivos como a los interpersonales de base, el desarrollo debe asegurar, además de beneficios materiales, la justicia social, la libertad para todos, y el gobierno de la mayoría” (Beltrán, 1995 apud Baspineiro, 2014).

A comunicação, quando pensada para além dos meios de comunicação tradicionais e técnicos, pode ser incorporada como uma prática diária, com a qual pode-se ampliar o *status* de cidadania de um grupo ou de uma sociedade. Relações sociais podem assim ser entendidas enquanto práticas comunicativas que efetivam objetivos comuns e ideias coletivas. A comunicação comunitária nasce com esse princípio e tende a se estabelecer entre os grupos sociais mais empobrecidos e nas comunidades mais distantes de acesso a meios de comunicação tradicionais. São esses grupos que coletivamente buscam alternativas de vida e contrapõem modelos econômicos e sociais.

⁵ *Affordance* é uma relação entre um objeto e uma pessoa (no caso, um agente que interage com esse objeto). É o relacionamento entre as propriedades do objeto e as capacidades do agente de determinar intuitivamente, ou baseado em experiências anteriores, como o objeto pode ser usado, sem necessidade de explicações, rótulos ou instruções.

Peruzzo (2013) entende a comunicação comunitária como uma estratégia e uma forma de viver que busca romper com injustiças e humanizar práticas sociais. Ela fala de uma comunicação “construída neste universo em seu processo educativo/comunicativo” (PERUZZO, 2013, p. 161). O universo exemplificado pela autora envolve um exercício no qual se constrói “alternativa de acesso à informação de qualidade, que é uma dimensão do direito à comunicação” (PERUZZO, 2005, p. 8).

Podemos dizer que pessoas que lutam para conquistar seus direitos estão, direta e indiretamente, incluídas em processos de educação e aprendizagens. É nessa perspectiva que Peruzzo e Paulo Freire dialogam, pois ambos os autores falam da comunicação enquanto prática emancipatória, de educação e de libertação. Assim, “dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar” (FREIRE, 1981, p.40).

A essência da comunicação comunitária é, então, a participação coletiva e a transformação social, logo ela está intrinsecamente vinculada às práticas de cidadania. Cidadania aqui não é compreendida apenas como garantia de direitos ou exercício de deveres, trata-se de um processo mais amplo e histórico que envolve as diversas lutas que se inserem na busca por tais direitos.

Para Chantal Mouffe (2003), cidadania é uma questão que está intimamente ligada ao conceito de democracia e isso nos faz pensar como processos coletivos de lutas por direitos são importantes para o desenvolvimento da sociedade. Relacionar cidadania com democracia é uma ideia original, mas tem forte coerência se pensarmos em “uma sociedade com uma esfera pública vibrante onde muitas visões conflitantes podem se expressar e onde há uma possibilidade de escolha entre projetos alternativos legítimos” (MOUFFE, 2003, p. 11).

Essa perspectiva conflituosa pode ser identificada em práticas que garantem ampliação da cidadania e da democracia, uma vez que tanto uma quanto outra não são possíveis de serem conquistadas sem que haja diferença de opiniões, criticidade a organização social atual e embates políticos. As conquistas sociais desenvolvidas hoje no Brasil (podemos citar o direito ao voto feminino, os direitos das empregadas domésticas) são frutos de muitas discussões, conflitos, e, até violências e mortes.

Sendo assim, cidadania não pode ser explicada como um conceito que se materializa em um espaço e tempo histórico, nem como um direito que se permanece depois de conquistado, ela pode se ampliar e ela pode se perder. As lutas sociais e o nascimento de diversos movimentos sociais no Brasil são um exemplo de como direitos são conquistados

apenas como resultados de mobilização, articulação coletiva, denúncias e reivindicações.

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva) por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado (COUTINHO, 1999, p.42).

Conforme as palavras de Coutinho, falamos de uma cidadania plural, que leva em consideração a cultura, a participação política, a articulação coletiva de grupos e comunidades, etc. Assim sendo, mais do que definir cidadania, é coerente dizer que se trata de um conceito e uma prática em construção. Ao mesmo tempo que não podemos dizer que cidadania é algo fechado, já explicado, não podemos dizer que quem detém cidadania sempre terá esse *status*.

O RÁDIO JÁ NÃO É MAIS O MESMO

As tecnologias emergentes modificaram por completo o rádio. Se até pouco tempo atrás o meio poderia ser acompanhado apenas pelas ondas hertzianas, nos famosos ‘radinhos de pilha’, agora ele se expandiu (KISCHINHEVSKY, 2012) e pode ter sua programação hipermidiática (LOPEZ, 2010). O rádio também transbordou para novos formatos, como o podcast, modelo exclusivamente *online* e sob demanda. O ouvinte sai da sala de casa para estar em ambiente digital, podendo acompanhar sua estação favorita por meio de sites e aplicativos, sem precisar ‘estacionar’ sua audiência.

Quem faz o rádio ganhou cara, cor e jeito, não é mais a imaginação quem dita a aparência do locutor ou da locutora. As transmissões ao vivo, por meio de canais digitais e redes sociais digitais, aguçam outros sentidos para além da audição. E apesar de uma roupagem nova, ele continua original, sonoro e amigo, fazendo parte de mais de 80% dos lares brasileiros, como apontam dados da Inside Rádio 2023, da Kantar Ibope Media. Como as outras mídias, ele está se adaptando aos movimentos convergentes, como detalha Marcelo Kischinhevsky:

O rádio é hoje um meio de comunicação expandido, que extrapola as transmissões em ondas hertzianas e transborda para as mídias sociais, o celular, a TV por assinatura, sites de jornais, portais de música. A escuta se dá em frequência modulada (FM), ondas médias (AM), curtas e tropicais,

mas também em telefones celulares, tocadores multimídia, computadores, notebooks, tablets; pode ocorrer ao vivo (no dial ou via streaming) ou sobre demanda (podcasting ou através da busca em arquivos ou diretórios). Se o transmissor já havia deslocado o rádio da sala de estar, empurrando-o para o quarto, a cozinha e as ruas, agora o rádio a pilha tem novos companheiros, que permitem não apenas a escuta em múltiplos ambientes e temporalidades, mas também a produção, a edição e a veiculação de áudios com agilidade crescente e muitas vezes sem fronteiras (KISCHINHEVSKY, 2016, p. 14).

Podemos dizer que o rádio passa por bons momentos, mesmo transitando por intensas modificações. Ainda de acordo com a Kantar, 57% dos brasileiros e brasileiras recorrem ao rádio para se informar, reiterando a força do meio. O seu consumo continua pulsante no *online*, com mais de sete milhões de pessoas nas 13 regiões metropolitanas que ouvem rádio na web com tempo médio de três horas seguidas. O celular é o meio por onde se escuta esse ‘novo’ rádio, com 7 em cada 10 ouvintes, configurando 70% da preferência por esse dispositivo. O uso de *devices*⁶ para sintonizar o rádio também vem crescendo. De acordo com a pesquisa, 7% da população acompanha o rádio pela televisão e outros 6% por *smart speakers*. Todos esses dados descrevem o poder que o rádio tem mesmo sendo um meio secular.

Em relação ao jornalismo radiofônico, o Atlas da Notícia pontua que 610 emissoras que produzem radiojornalismo existem nos nove estados da Amazônia Legal, com destaque para Mato Grosso que tem a maior parte dos registros. Mesmo com essas proporções, os dados apontam ainda que mais da metade das cidades não contam com jornalismo local e hiperlocal, configurando-as como desertos de notícias. Por outro lado, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) aponta a existência de 552 rádios comunitárias regularizadas no mesmo território, a maioria delas no Pará, que tem 135 registros. A grosso modo, adicionando as rádios comunitárias não regularizadas à contagem, podemos apontar que essas emissoras comunitárias podem ser as únicas responsáveis por levar informações ao público.

É nas trincheiras da convergência tecnológica e midiática que as Rádios Comunitárias estão ganhando forças. Mesmo sem todas as tecnologias emergentes presentes na maioria das emissoras comerciais, elas começam a dar longos passos rumo a uma comunicação com mais participação do público e pluralidade das vozes. É no online que as RadComs têm uma oportunidade de alcançar novos ouvintes e de aumentar suas receitas econômicas. Com maior sustentabilidade financeira, essas emissoras têm, potencialmente, melhores condições de enfrentar o assédio político e religioso que vêm na comunicação comunitária uma forma de

⁶ Palavra inglesa para o dispositivo, em termos genéricos, muitas vezes associada a componentes de hardware/software

promover seus interesses de engajamento com o público local. Com o online, as rádios comunitárias tendem a ficar mais livres para promover uma linha editorial plural e exercer a comunicação comunitária, o que significa dizer, em muitas localidades, especialmente nos chamados "desertos de notícia"⁷, atuar como os únicos meios de comunicação a produzir informação sobre a realidade local.

Outro grande passo para as RadComs em ambiente tecnológico foi a transmissão em cadeia. Se essa prática, no dial, é proibida por lei, agora, no digital, ela pode acontecer. No início da pandemia da Covid-19, por exemplo, Rádios Comunitárias do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, usaram a transmissão em cadeia para alertar os moradores sobre os perigos da doença (MORAES, 2021). Foi um dos primeiros exemplos brasileiros de como a comunicação comunitária em ambiente digital é necessária para a promoção da cidadania e garantia de direitos básicos, como a informação. Esse exemplo vai de encontro com as constatações de Machado; Magri e Masagrão (1997) ao apontarem que uma emissora comunitária (aqui em ambiente digital) consegue realizar uma verdadeira “reforma agrária no ar”.

Para Cicilia Peruzzo (2006), as rádios comunitárias na internet revelam estratégias que se moldam como novos formatos de empoderamento social, com a participação desses atores na internet, trazendo novidades e evoluções para o movimento de rádios comunitárias, refletidas diretamente no viver comunitário e nas conquistas sociais. Para Nair Prata (2009), os pontos de destaques no rádio online – que ela prefere chamar de web-rádios – são os encontros entre os usuários e suas interações ampliadas, chegando a um processo teorizado como radiomorfose, que é a transformação desses processos comunicacionais.

A seguir, veremos o capítulo de análise do material coletado para este estudo, pois é por meio da internet que a Rádio Comunitária Bacanga FM consegue ampliar seu debate e fazer emergir novos atores sociais da capital maranhense onde a emissora está localizada.

O PIONEIRISMO DA RÁDIO COMUNITÁRIA BACANGA FM

A Rádio Comunitária Bacanga FM é uma emissora comunitária instalada no bairro Anjo da Guarda, em São Luís, no Maranhão. A Bacanga foi a primeira rádio comunitária a ser

⁷ Desertos de notícias são lugares, em geral municípios, onde não existem veículos locais de imprensa independente, seja ele jornal, site, blog ou emissora de rádio ou TV. O Atlas da Notícia pontua que 610 emissoras que produzem radiojornalismo existem nos nove estados da Amazônia Legal. Mesmo com essas proporções, os dados apontam ainda que mais da metade das cidades não contam com jornalismo local, configurando-as como desertos de notícias. É importante ressaltar que nos cenários apontados a rádiodifusão comunitária não é considerada pelo estudo.

regularizada em São Luís e umas das primeiras do Maranhão. A emissora opera de segunda a segunda, nas ondas da 106,3 MHz, com início da programação às 5h e término às 22h. A programação é veiculada no site e parte dela nas redes sociais. A RadCom se destaca ainda por ser uma das pioneiras no movimento pela democratização da comunicação junto à ABRAÇO/MA.

O bairro Anjo da Guarda faz parte da área Itaqui-Bacanga, que reúne 60 comunidades da capital maranhense, resultado de uma grande ocupação a partir dos anos 1960. A área fica localizada às margens e nas vias transversais da Avenida dos Portugueses, trecho urbano da rodovia federal BR-135, que liga a Capela de São Pedro, no bairro Madre Deus (Centro Histórico), ao Porto do Itaqui. O eixo Itaqui-Bacanga é marcado por lutas pelo direito ao território e pela imensa desigualdade social, destacada pela situação anacrônica de uma população empobrecida ao lado de um dos maiores portos de exportação da América Latina. As comunidades dividem espaço com a mineradora Vale S.A, com o Distrito Industrial e com a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Assim, a ocupação territorial da área Itaqui-Bacanga diz respeito ao processo de afirmação e negação da cidade. Tomando como base a realidade socioeconômica constitutiva da modernização conservadora do Maranhão, enveredamos na comunicação comunitária para situar a Rádio Popular e a Bacanga FM na complexa relação de forças que entranha o poder, a comunicação e política no Maranhão, estado marcado pela concentração dos meios de comunicação, um dos tentáculos da estrutura oligárquica. (ARAÚJO; SOUSA, 2021, p. 3).

O programa Bacanga é Resistência é veiculado todos os sábados, das 18h às 20h, com locução de Isac Pereira e Enilson Ribeiro, tanto no dial como no *online*, por meio de *live* para a rede social *Instagram*. Na *bio* da página do *Instagram*, o Bacanga é Resistência se define como um programa de “cultura *black*, música, debates, entrevistas e muita resistência”. A plataforma foi criada em 3 de maio de 2019. O programa possui também uma *fanpage* no *Facebook*, desde 20 de janeiro de 2019. O jornalismo veiculado é feito com entrevistas, no formato *talk show*, e por meio de agências de notícias como a Agência Tambor.

O internauta participa do programa com comentários e informações feitas nas redes sociais, e ainda pelo *whatsapp*. Durante o programa, os locutores destacam esses comentários e fazem convites para que a população compareça, mandando informações e opiniões. Na *fanpage*, o internauta ainda pode pedir para participar de um grupo de *WhatsApp* do Bacanga é Resistência. No grupo, as pessoas podem interagir diretamente com os locutores, de forma

instantânea, tanto durante o ao vivo como depois, no *offline*. Todas as *lives* ficam disponíveis *offline*, na aba “*live*”.

Para este trabalho analisamos o programete “Repórter de Quebrada”, que foi feito exclusivamente para o *Instagram*. O Repórter de Quebrada fez a cobertura do protesto do movimento estudantil de São Luís contra os cortes na educação, realizado no dia 15 maio de 2019. Essa cobertura aconteceu no período da tarde, utilizando exclusivamente a ferramenta *story* e está disponível nos destaques da rede social⁸.

Ao longo de 32 *stories*, cada um com 60 segundos, o repórter acompanha todo o ato por meio de vídeos no formato plano-sequência, *selfie* e fotos. Ele não se apresenta e nem aparece o nome dele como nota de rodapé. Nos vídeos, são colocadas *affordances* da própria plataforma indicando o local, *gifs* interativos e legendas. Em cinco *stories* seguidos, o repórter faz entrevistas com representantes do movimento estudantil, como por exemplo o estudante Daniel, da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), que diz estar “lutando para conquistar e manter nossos direitos”.

O ato percorreu as principais ruas da capital e culminou em uma ação cultural no Centro Histórico da cidade de São Luís. Durante todo percurso, o repórter questiona a perda de direitos e como a manifestação popular pode garantir os direitos básicos desses estudantes que foram ameaçados pelo governo federal. Ao longo da cobertura, o repórter também convida quem está acompanhando por meio da rede social a se juntar ao ato. Todos os entrevistados argumentam questões de cidadania, como por exemplo: o direito de ir e vir na cidade e as refeições ruins oferecidas nas instituições de ensino por meio de restaurantes universitários. Eles também questionam os cortes na educação e pedem a expulsão do governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto comunitária, a rádio precisa ser plural, com diversidades de vozes e pensamentos (NUNES, 2007), garantindo o direito à comunicação. Nesse quesito, o Bacanga é Resistência cumpre seu papel, principalmente com o exemplo do Repórter de Quebrada, que sai das paredes da redação para explorar as situações para além do bairro – mas que também são de interesse local.

⁸https://www.instagram.com/s/aGlnaGxpZ2h0OjE3OTcxMDIxOTgxMjU4MTU0?story_media_id=2044505811312541594&igsh=MnF0OWNzBjBzdzdj

Usando o suporte de celular, a emissora certifica que o uso de tecnologias emergentes faz com que essas RadComs tenham uma maior autonomia e proximidade com a comunidade, reiterando seu papel em servir de elo entre os moradores e os assuntos que lhes são intrínsecos. Ao utilizar a internet para compartilhar todo o conteúdo, o Repórter de Quebrada concretiza a importância de estar presente em ambiente tecnológico, rompendo as barreiras geográficas impostas pelo *dial*. É por meio de ferramentas como as redes sociais digitais que a Bacanga FM consegue emplacar e ampliar suas vozes e seus anseios, somando ao debate o tema da democratização da comunicação, principalmente em formato digital. Como Peruzzo (1998) lembra:

As experiências mostram que a comunicação popular participativa dá seu aporte à edificação de uma cultura e uma educação democrática. Ela ajuda a conhecer, resgatar e valorizar as raízes do povo. Altera as dimensões do comportamento cotidiano. Socializa o direito de expressão e dos conhecimentos técnicos. Desmistifica os meios. Promove a criação coletiva. Difunde conteúdos diretamente relacionados à vida local. Dá voz, pela própria voz, a quem era considerado sem voz. (PERUZZO, 1998, p. 302).

Outro conceito que aqui queremos considerar sob o olhar do Repórter de Quebrada é o de comunidade. Bauman (2003:7) mostra que a “comunidade” é capaz de produzir uma sensação boa, de pertencimento, por causa do significado que a palavra carrega. Porém, com a digitalização do mundo, o termo comunidade vem sendo utilizado de forma incoerente, como explica Peruzzo e Volpato (2009): “ultimamente, a formação de grupos e redes *on-line* facilitada pela Comunicação Mediada por Computadores (CMC) tem contribuído ainda mais para desvios conceituais” (PERUZZO; VOLPATO, 2009).

De acordo com as pesquisadoras, ‘comunidade’ na comunicação deve ir além de uma questão local, detalhando que nem tudo que é regional é comunitário e vice-versa. É na junção entre sentimento e acontecimento que pode emergir a palavra comunidade. Já os meios devem ser vistos como suportes tecnológicos e de informação que acompanham esses processos, evidenciando o comunitário. Elas descrevem que apenas os meios comunitários são capazes de evocar o sentimento que a palavra comunidade traz.

Agora que problematizamos o termo comunidade e comunicação comunitária, podemos explicar o porquê do Repórter de Quebrada se destacar nos requisitos citados acima. Primeiro, porque é um programa que nasce de um anseio comunitário e de forma popular, com a ajuda de uma Rádio Comunitária. Segundo, porque o programete rompe as barreiras e

utiliza das redes sociais para compartilhar as informações. Isso descreve como a Rádio Bacanga FM sabe da importância do ambiente digital para ampliar suas programações e para a promoção da cidadania, já que garante o direito à comunicação não só da população do bairro Itaqui-Bacanga como também para todos aqueles e aquelas que querem acompanhar as questões locais, mesmo não estando fisicamente na ilha de São Luís.

A rádio e os conteúdos publicados por ela vão ao encontro do que pesquisadores como Peruzzo, Paulo Freire, Mouffe, Baspineiro entre outros, descrevem sobre o poder de uma comunicação comunitária para a promoção da cidadania e para o desenvolvimento da sociedade. Esses autores e autoras, em diferentes épocas, explicaram alguns processos comunicacionais que ainda podem ser identificados hoje, como é o exemplo do programa analisado na Rádio Bacanga FM.

Nossa hipótese, de que o trabalho de comunicação comunitária desenvolvida pela rádio em ambiente digital contribui para o avanço da cidadania se confirma através dos conteúdos publicados, pela postura do repórter, pela participação popular e pelos inúmeros questionamentos e críticas que se faz à sociedade à política governamental instalada.

Além disso, as publicações analisadas por si só acontecem em um ambiente de embate. A rua como lugar da mobilização social, da reivindicação e da contestação. Esse cenário, que está fora das redes sociais e ao mesmo tempo ganha o ambiente virtual concretiza práticas sociais, culturais e políticas que podem mudar pensamentos, criar discussões para a elaboração de políticas públicas, gerar outros movimentos sociais, articular grupos, etc. Essas características exemplificam bem o caminho necessário para a construção e efetivação da cidadania.

Cabe ressaltar que esta análise não compreende todos os materiais da rádio, trata-se de apenas uma parte de um programa, com características específicas. Isso nos dá garantia para discorrer sobre a hipótese a partir desse programa, logo, não tomamos como fechadas as discussões sobre o papel da rádio e os seus desafios para a prática da comunicação comunitária no estado do Maranhão e na Amazônia brasileira. Ainda há muito para se pesquisar.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ed Wilson Ferreira; SOUSA, Jefferson Saylon Lima. **Vozes do anjo: do alto-falante à Bacanga FM** – São Luís: EDUFMA, 2021.

BASPINEIRO, Adalid Contreras. **De la comunicación – Desarrollo a la comunicación para el Vivir bien**. In: Boletín Informativo Spondylus, da Universidad Andina Simón Bolívar, Sede Ecuador. Quito, 2014.

BERTI, Orlando Maurício de Carvalho. **Rádios Comunitárias brasileiras na internet**. Faces e interfaces da democratização da comunicação comunitária em tempos de tecnologias atuais no Nordeste. Revista de comunicação FAPCOM, v. 1, 2017.

NUNES, Márcia Vidal. **Rádios comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais**. In: PAIVA, R. (Org.) O retorno da comunidade: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zajar, 2003.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Comunicação ou extensão?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GORCZEWSKI, Clovis. MARTIN, Nuria Beloso. **A necessária revisão do conceito de cidadania: Movimentos sociais e novos protagonistas na esfera pública democrática**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2011.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. **Radiojornalismo comunitário em mídias sociais e microblogs: circulação de conteúdos publicados no portal RadioTube**. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. v. 9, n. 1, jan-jun.2012. p. 136-148.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo hipermidiático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica**. Covilhã, Portugal: LabCom, 2010. Disponível em: http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110415-debora_lopez_radiojornalismo.pdf

MACHADO; MAGRI; MASAGRÃO. eds. **Rádios livres** - A reforma agrária no ar. Editora Brasiliense, São Paulo, 1997.

MIGNOLO, Walter D. **Desobediência epistêmica**: A opção descolonial e o significado de identidade em política. In Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2008.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 3, p. 11-26, out. 2003.

MORAES, Jefferson de Sousa. **Radiojornalismo local e hiperlocal na cobertura da pandemia da Covid-19 por emissoras comunitárias** - análise de produções em ambiente de convergência midiática das rádios Bacanga/MA e Rocinha/RJ. In: 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2020, online. Anais do 18º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2020. Link:
<https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2732/1449>.
Acesso: 19 de jan. 2024.

NUNES, M. V. Rádios Comunitárias: exercício da cidadania na estruturação dos movimentos sociais. In: PAIVA, R. (Org.). **O retorno da comunidade**: os novos caminhos do social. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 95-118.

PERUZZO, Cicília Maria Kroling. **Comunicação nos Movimentos Populares** – a participação na construção da cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 2, n. 3, p. 18-41, jul./dez. 2005.

_____. **Rádio Comunitária na Internet**: empoderamento social das tecnologias. Revista Famecos, porto Alegre: PUCRS, v. 30, p. 115-125, 2006.

_____. VOLPATO, Marcelo de Oliveira. **Conceitos de comunidade, local e região**: inter-relações e diferença. *Líbero* – São Paulo – v. 12, n. 24, p. 139-152, dez. de 2009.

_____. **Comunicação nos Movimentos Populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PRATA, Nair. **Webradio** – novos gêneros, novas formas de interação. Florianópolis: Insular, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo. Edirora Jandaíra, 2020.